

## **Apresentação**

Entre os dias 26 e 29 de junho de 2012, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na reunião das Pós-Graduações em Letras e em Ciências Sociais e (PPGL e PPGL), dos Departamentos de Letras e de Ciências Sociais (DLL e DCSSO) e do Centro de Educação (CE), apoiada pelo PAEP/CAPES e pela FAPES, realizou o I *Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: ensino, pesquisa e crítica*.

É um dos resultados dos intensos dias de interlocução entre pesquisadores brasileiros, de distintas regiões no país, e moçambicanos, em diferenciadas inserções acadêmicas, o presente Dossiê que leva o nome do Congresso, acolhido generosamente pela REALIS, em sua missão ímpar na divulgação científica. Desejamos, neste, que as ideias que viajaram para o território capixaba lancem-se-se em novos voos até chegarem ao leitor que, antropofagicamente, as traduzirá e produzirá novos sentidos, inaugurando, para elas, novas jornadas.

No Brasil, a Reforma do Sistema Educacional de 1996 – a LDB – e dos PCN, em 1997, trouxe a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, através da Lei 10.639/2003, modificada pela Lei 11.645/2008. Em torno de dispositivos legais, frutos de mobilizações de movimentos sociais, polêmicas foram instauradas e não poucas resistências, desafios eloquentes requerem de nós o firme compromisso com a democratização da informação.

É preciso enfrentar as perguntas e respondê-las numa arena discursiva. Sem negar ingenuamente que há recursos e interesses em disputa, cabe à academia criar situações as mais próximas possíveis da racionalidade comunicativa, de modo que atores bem intencionados – estes existem - discutam seus pontos de vista, argumentem e se vejam convincentes ou convencidos em suas teses. Haverá consensos mínimos possíveis de se construir em torno da cultura negra em nossa formação nacional? O que nossa negritude pode revelar sobre nós? Há conquistas democráticas relevantes advindas da afirmação da negritude brasileira? Esta identidade nos ajudaria a escolher melhor nossos parceiros internacionais? Estamos efetivamente combatendo o racismo no plano nacional e

mundial? A luta por reconhecimento dos povos negros é capaz de se distinguir da violenta conquista da hegemonia mundial pelos estados-nação brancos setentrionais? Se sim ou se não, serão as escolhas a ser feitas daqui para frente que definirão o quanto somos iguais ou diferentes de nossos adversários.

Sobre escolhas e, portanto, sobre liberdade fala-nos o primeiro artigo, de Elísio Macamo, chamado *A Moral da História: adiar conversa como intervenção epistemológica*. Macamo não crê sequer que haja um *a priori* que permita afirmar que o Brasil e a África são irmanados. Provoca-nos ao dizer que a lusofonia, que exalta Portugal e Brasil, mantém na subalternidade aqueles países africanos cujo nome sequer é mencionado, bastando o rótulo *países africanos de língua portuguesa*. O que haveria de descolonizador nesse encontro, portanto? Falar neste idioma não é uma atitude, por princípio, emancipatória, como podemos pensar. Aliás, seu idioma natal é o Xangan. Não é, por isso, tão óbvio afirmar que a sociologia “do sul” se torne mais moçambicana. Entretanto, deseja ser convencido disso. Nossos esforços de deslocamento dos sujeitos de conhecimento nos ajudará a fazer uma sociologia melhor e efetivamente mais explicativa do mundo e de nós próprios?

Patrício Langa, em *A afro-brasilização e a possibilidade de conhecimento da realidade social africana e brasileira contemporânea*, segue provocando-nos em nossas “certezas”. Quer saber de que África e de que Brasil estamos a falar. Faz-nos refletir sobre os desafios epistemológicos e metodológicos contidos na elaboração mesma de ambas as categorias de análise que jamais existiram como entidades fixas, exceto como empreendimento contínuo de brasileiros e de africanos (de língua portuguesa) de se referirem mutuamente, realizando cotidianamente “a africanização dos brasis e a brasilização das áfricas”, movimento que designa por “afro-brasilização” e que se dedica a expor. Observa que outros atores também se esforçam por se aproximar das Áfricas, como a China e a Índia. Não somos inocentes: há evidentes projetos econômicos em disputa. Quer saber por que os elos com o Brasil seriam mais desejáveis e para quem. Quer também pensar os revezes de tais identificações. Por fim, importa-lhe pensar qual cooperação científica desejamos criar, se não entre África e Brasil, entre Moçambique e Brasil. E, por que não falar em moçambicanidades e brasilidades?

Julia Almeida, em *Crítica Pós-Colonial nos domínios de língua portuguesa: pautando desafios epistemológicos*, retoma a crítica pós-colonial do conhecimento moderno, ocidental e hegemônico. Reconstrói a singularidade das vertentes do pós-colonialismo inglês, francês e hispano-americano para, então, questionar a especificidade daquele feito pelas nações que falam o português. Sabe que a *diferença cultural* desvelada pelo pós-colonial interrompe a narrativa unilinear e salvacionista imposta pelo telos moderno. Também sabe que é esta que nos permite identificar a violação aos princípios éticos na base de qualquer ordem social. Reconhecer a hibridez dos povos não ocidentais, dentre eles, os brasileiros, seus silenciamentos e, também, suas resistências é atuar na geopolítica do conhecimento e em seus discursos legitimadores das desigualdades persistentes no *neocolonialismo*, real para imensos contingentes populacionais (e seus intelectuais) subalternizados e, o que é não pouco grave, insuflados a se portar como colonizadores de outros subalternos.

Heloísa Toller Gomes, em *Africanidade e território na inscrição (da escrita literária) brasileira*, traz-nos a escrita literária para examinar o preenchimento simbólico do território brasileiro no entrelaçamento das culturas africanas aqui renascidas ao longo do tempo. Realiza a geografia do imaginário das africanidades, tornadas brasileiras, na escrita colonial, romântica, modernista e contemporânea. Ressalta, sem dúvidas, o traço racialista a justificar a colonização e, não menos presente, no estabelecimento do Estado-nação. Contudo, mostra também como a expressão literária afrobrasileira – recorda aqui Jamu Minka e Celinha - consegue quebrar os paradigmas eurocêntricos e, tal qual o “pensamento liminar” de Walter Mignolo, desconstruir competentemente a narrativa do progresso, engendrando fortes positivities antidiscursivas frente ao discurso moderno hegemônico.

Wilberth Salgueiro, em *Uma (re)leitura do romance Muana Puó (1978), de Pepetela, a partir da noção de testemunho*, apresenta-nos o primeiro romance de Pepetela, de 1969, embora tenha sido publicado somente em 1978. Nele, o escritor angolano elabora na alegoria dos corvos e morcegos, a luta entre opressores e oprimidos. Muana Puó é, pois, à luz dos estudos culturais e dos estudos de testemunho, uma fundamental narrativa da resistência, do inconformismo, da práxis (no sentido marxista mesmo – de ação que transforma), do desejo, da utopia. Uma ficção que testemunha a vontade de transformar

e transformar-se que está, potencialmente, em toda máscara, restando aos “mascarados” fazer o querer acontecer. O romance, nalguma medida, como diria Adorno noutras circunstâncias, testemunha o passado de que se quer escapar mas que se mantém vivo e perseguindo formas de se fazer ouvir.

Flávio Garcia, em *Afrobrasilidades ou brasilafrikanidades em literatura: idas e voltas; fluxos e refluxos; versos e reversos*, revê as misturas entre Brasil e Moçambique, por meio das influências de escritores brasileiros em Mia Couto. Fala de João Cabral de Melo Neto, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Adélia Prado, Jorge Amado e, especialmente, de João Guimarães Rosa, na feitura de Brasis e Moçambiques que estão ainda por serem descobertos, na sua diversidade, pelos que neles habitam. Os dois continentes – americano, ao sul, e africano, a oeste – parecem, assim, unir-se numa vontade de expressão contra-hegemônica frente ao modelo europeu. Neste caso, poetas e narradores em língua portuguesa - a língua do colonizador - subvertem-na ao bel prazer de suas vanguardas locais e o que escrevem participa do movimento descolonizador de suas histórias, reelaboradas.

Neusa Gusmão, em *Africanidades e brasilidades: desafios da formação docente*, atenta para o docente brasileiro, em tempos de Leis 10 639/2003 e 11.645/2008, sobre o qual recai a tarefa de revelar o campo das “africanidades” (e da diversidade) na escola. Pergunta como preparar o docente para uma missão de tal monta, basilar na construção de uma nação que se quer mais justa. Sabe que não se quebram preconceitos por decretos nem as técnicas bastam para se ensinar a África aos brasileiros. O processo de aprendizagem traz, também, uma dimensão afetiva e emocional que, por sua vez, dá sustentação a crenças, valores e atitudes. A mudança de perspectiva que se busca é inevitavelmente conflituosa e, por isso mesmo, requer a reflexividade, isto é, a ressignificação de experiências e vivências a começar do próprio professor. Inspira-se em Kabengele Munanga para dizer que a escola está diante de desafios inadiáveis, dentre eles, o combate às *mentalidades envenenadas* que perpetuam o racismo de cada adulto, branco, negro, de todas as cores, que hoje formam crianças e jovens. Se a educação é o médium da generalização de aprendizados para um mundo melhor, como tratar aquele que, na sala de aula, haveria de expressar tal aposta?

Ivan Costa Lima, em *Do outro lado do Atlântico: A África como referencial nas pedagogias propostas pelo Movimento Negro no Brasil*, apresenta os antecedentes da nova legislação educacional. Expõe o pensar e o fazer pedagógico de distintas entidades do Movimento Negro (MN) no Brasil, em tempos e contextos específicos. Destaca as ações do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), criado em 1974, a primeira organização do Movimento Negro na Bahia, que criticou fortemente a *democracia racial* com a naturalização do *lugar* do negro na sociedade brasileira, do qual se desdobra a construção da Pedagogia Interétnica (PI) cuja figura de Molefi Asante, fundador da teoria afrocentrista, tem peso estruturante. Narra, também, a Pedagogia Multirracial (PM), no Rio de Janeiro, a partir de 1986, e, como desdobramento, a Pedagogia Multirracial e Popular (PM e P) do Núcleo de Estudos Negros (NEN), em Santa Catarina. O autor demonstra o amadurecimento do MN em sua luta pelo ensino da África nas escolas no Brasil, salientando o significado de sua pedagogia diferenciada, a considerar, de modo inédito, a memória e a oralidade do sujeito-narrador que possibilita o deslocamento da centralidade europeia para um outro universo civilizatório, o africano, na atenção à história de vida de pessoas, grupos, comunidades, populações que, sob o signo eurocêntrico, estariam condenadas à inexistência.

Marilucia de Sousa, Daiane da Silva, Claudimara de Oliveira e Joselina Silva, em *Memórias de 'pretas velhas': as falas das mulheres cearenses do Cariri*, buscam a memória da negritude pela história oral, a partir das narrativas de duas senhoras negras, com mais de setenta anos, no Ceará. Em D. Antonia e em D. Maria do Carmo centra-se o artigo que é fruto de pesquisa em desenvolvimento no Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais – N'BLAC, da UFC, Campus avançado do Cariri, a incluir mais oito mulheres. A investigação visa a contestar a percepção de parte significativa da literatura acadêmica que reproduz o equívoco do senso comum: “no Ceará não tem negro”. Perguntam-se mais: como se formou este senso comum? Ao verificar a invisibilidade dos negros no Estado, dedicam-se à busca de uma memória coletiva afrodescendente e à sua preservação, ao mesmo tempo em que chegam ao ponto fulcral da pesquisa ainda a ser respondido: como se dá o fenômeno da autoidentificação como pessoa negra? Como isto ocorre para os negros cearenses?

Andrea Mongin, em *Diversidade, raça e classe: atributos sociais de discentes beneficiários de programa de reserva de cotas*, observa que, hoje, no Brasil, são oitenta universidades públicas que implantaram algum tipo de política de inclusão. Ao atentar para a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), indica que seu sistema de reserva de vagas teve início em 2008, depois de pelo menos três anos de amplo debate. Ao fim, porém, descartaram-se as chamadas cotas raciais e foi eleito o sistema com base na renda familiar e na situação de egresso de escola pública da parte do estudante que pleiteia o acesso ao ensino superior. A pesquisadora analisa, por contraste, alunos cotistas e não-cotistas, mensurando possíveis alterações nos perfis discentes. Nota as realidades segmentadas dos cursos de maior prestígio social bem como as tendências já presentes na universidade antes mesmo da implantação da política. Chama atenção para, no caso das cotas raciais, a ainda tímida autodeclaração da negritude e, com isso, a não tematização do racismo numa sociedade que ainda não o solucionou.

Por fim, com satisfação, trazemos a resenha de Fabson Calixto da Silva acerca da obra fundante das vertentes pós-coloniais que põem em xeque a violência da colonização, intrínseca ao projeto moderno, impressa no corpo e na psiquê de cada homem e de cada mulher que experimentaram o sofrimento advindo da usurpação de sua própria identidade. *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon, traduzido por Renato da Silveira, e editado, pela primeira vez, em 2008, pela EDUFBA, é em *A descolonização e desalienação do homem de cor*, reapresentado ao leitor em sua percepção da centralidade da raça e do racismo para as análises do autor martinicano que participou da luta pela libertação da Argélia e que reconstrói, de modo ímpar, a dialética entre colonizador e colonizado cuja ruptura - com o estereótipo criado pelo branco, no qual é subsumido e que o invisibiliza, tornado meio-humano - é inevitável.

Neste Dossiê, buscamos trazer uma face do estado atual dos debates sobre africanidades e brasilidades. Nossos autores exprimem um movimento que não é deles apenas mas de uma academia disposta a se repensar quanto aos frutos de seu trabalho. Uma inteligência crítica porque comprometida com o pensamento que se revê e se aprimora em face dos desafios postos na dinâmica da história e das relações sociais, provocada pela dúvida, pelo desassossego diante das incógnitas que insistem, tal como a esfinge, a nos devorar. Falamos aqui de Brasis reais e possíveis, de Áfricas ainda a tomar seu

lugar na história do povo brasileiro. Falamos também de cooperação científica e ousamos cultivar a *esperança* na construção de relações dialógicas que nos permitam alargar o humanismo, até hoje, *capenga*. Oxalá!

Adelia Miglievich-Ribeiro <sup>1</sup>

Jurema Oliveira <sup>2</sup>

Organizadoras

---

<sup>1</sup> Dra.em Ciências Humanas – Sociologia pela UFRJ. Professora do Departamento de Ciências Sociais e das Pós-Graduações em Ciências Sociais e em Letras na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista senior “Cátedras IPEA-CAPES para o Desenvolvimento”.

<sup>2</sup> Dra. em Letras pela UFRJ. Professora do Departamento de Letras e da Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).